

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

CULTURA INDÍGENA: PRESERVAR, NÃO “HIBERNAR”

Francisco Bendito da Costa Barbosa

Sócio Fundador – IPADES

Os povos indígenas têm culturas que expressam os seus respectivos *modus vivendi* com o meio ambiente e o estágio evolutivo em que se encontram. Conhecer essas culturas é importante para a civilização atual, sua memória e conhecimentos constituem riqueza da espécie humana no processo evolutivo da espécie *Homo sapiens*. Mas preservá-las é também fundamental e respeitoso para com esses povos irmãos nossos. Todavia, não se pode esquecer que esses povos, hoje, não mais estão no mesmo contexto socioambiental de suas origens. Que vivam suas culturas é inquestionável, contudo, “hiberná-los”, por conta dela não parece admissível para a realidade do século XXI, ou seja, através de uma imposição disfarçada de preservação, para atender as quais interesses?

Como preservação no contexto atual tome-se a busca pela sobrevivência das línguas indígenas. No Brasil existem cerca de 170 línguas indígenas faladas e que constituem objeto de pesquisa na área de linguista, que não apenas as registram como buscar maneiras de mantê-las vivas. Nesse aspecto, os pesquisadores dessa área, desde a década de 1990, iniciaram seus estudos junto às comunidades indígenas propondo contribuições que atendam ao mesmo tempo, as exigências científicas da área e propósitos sociais, onde se destacam livros escolares, dicionários, sites em idiomas indígenas, *corpus* linguísticos digitais. É o auxílio da tecnologia evitando o desaparecimento de idiomas nativos existentes no Brasil. Serve para eles e para toda a sociedade brasileira.

É fato que muitas línguas foram perdidas. Segundo a professora Luciana Storto, do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), antes da colonização eram mais de mil idiomas nativos falados no Brasil. Ainda assim, é reconhecido

mundialmente pela multiplicidade de suas línguas indígenas são 37 famílias ou subfamílias linguísticas (macru-jê e tupi são os maiores agrupamentos) além de outras oito línguas isoladas não relacionadas a nenhuma outra.

Aspecto interessante sobre o tema linguístico é que a população indígena do país tem crescido, atualmente são 896.917 indivíduos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos quais 48,46% são aptos a utilizar a língua nativa.

Para a preservação dessas línguas é necessário que deixem de ser apenas oral, ou seja, de transmissão linear entre gerações. Aqui entra o conhecimento e o trabalho do linguística ao sistematizar sons e suas combinações, as palavras e sua composição, as sentenças e suas formações, a língua em uso. Uma primeira síntese desses conhecimentos se dá em trabalhos teóricos, que podem assumir a forma, por exemplo, de uma gramática.

A sistematização da língua e seu uso nessa nova forma, segundo os linguísticas, são úteis a memória do conhecimento tradicional de um povo. E também, diante da importância da escrita para a cultura ocidental, o fato de as línguas indígenas serem ágrafas contribui para sua vulnerabilidade. Por isso, a proposta da ortografia faz parte, com frequência, do trabalho do linguista, que estabelece o alfabeto as regras para sua utilização.

A valorização e a sistematização das línguas indígenas denota um trabalho útil e fecundo de preservação da cultura desses povos. Três aspectos são diretamente observados: os indígenas se tornam bilíngues falando com os não índios e no seu idioma, que quer preservar com sua comunidade; permite que pessoas de fora da sua comunidade também possam aprender seu idioma; preserva de forma de forma dinâmica esse valioso valor cultural. Trata-se de preservar sem “hibernar” a cultura desses povos que também contribui para enriquecer dos não índios.

Os povos indígenas e suas respectivas culturas devem ser preservados, estudados e divulgados, mas num contexto evolutivo, ou seja, não os hibernandos, ou os tratando como peças de museu. Pois a quem interessa essa condição? Se os não índios têm como valor intrínseco em sua cultura o valor da liberdade, da inovação e do progresso, esse valor tem que também ser estendido aos indígenas, não por imposição, mas por aceitação, ou seja, ao mesmo tempo em que preservam sua cultura, se dispõem a viver a modernidade que seus ancestrais jamais puderam sonhar.